

# Apresentação

Nos últimos anos, têm surgido vários estudos baseados em intensa pesquisa empírica que retomam temas clássicos e fundamentais da História do Brasil, principalmente sobre a formação social brasileira e a construção do Estado no século XIX e no início do XX. Nesses trabalhos, questões como política e eleições, as complexas relações entre liberalismo e escravidão e as lutas dos trabalhadores são abordadas a partir de novas perspectivas de análise e propostas metodológicas.

Em primeiro lugar, essa leva de pesquisas é legatária das discussões historiográficas das décadas de 1980 e 1990, quando houve uma renovação dos paradigmas da História Social que somou a leitura de autores de grande influência no Brasil à originalidade do uso de novas fontes de pesquisa pelos historiadores brasileiros. Enquanto a *History From Below* (A história vista de baixo) objetivava atentar para a vida das pessoas comuns na história, novos caminhos metodológicos eram trilhados para propor uma aproximação entre a experiência cotidiana, a subjetividade dos indivíduos e as relações sociais, como no caso da redução da escala e da pesquisa nominativa aliada às práticas demográficas<sup>1</sup>. Cotejava-se assim, progressivamente, a análise de documentos oficiais, como relatórios e atas das instâncias legislativas e executivas, bem como censos demográficos, juntamente com documentos até então pouco reconhecidos como fontes para a escrita da História: periódicos, processos criminais e cíveis, inventários e testamentos, e literatura, na forma de romances amplamente reconhecidos e obscuros folhetins<sup>2</sup>.

Inspiradas nesses trabalhos inovadores, pesquisas mais recentes incorporam de forma irrevogável a análise das relações raciais e de gênero na investigação de uma grande diversidade de categorias de trabalhadores e trabalhadoras. Longe de ser tratada como empecilho ou como problema a ser superado para a formação da classe trabalhadora, esta diversidade é parte desse processo histórico, numa articulação que se faz em diversas dimensões, escalas e sobreposições<sup>3</sup>.

Em diálogo com essas tendências, este dossiê reúne trabalhos que, com grande densidade de pesquisa e propostas metodológicas claras, têm como principal característica compartilhada o tratamento dado aos poderes públicos: as esferas político-administrativas que compõem o Estado são aqui vistas de perto em sua complexidade e em seus conflitos internos. Mais precisamente, é a trama da organização municipal que informa algumas questões centrais em todos eles: por um lado, como se organizam as Câmaras ou a

municipalidade, os regulamentos, a legislação e as atribuições, e, por outro, os bastidores das disputas com outras instâncias de poder, seja a presidência, a assembleia provincial ou a polícia. Ambos os processos são sempre considerados à luz das relações sociais mais amplas que lhes deram forma. Deste modo, os autores enfrentam um problema recorrente encontrado pela historiografia prévia: como entender que, se o poder municipal tendia a ser visto em seu aspecto normatizador e de controle social da população pobre, esta era justamente a primeira e a principal instância a que esses homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, recorriam para reclamar seus direitos ou seu acesso à cidadania.

Esta indagação remete ao tema das noções do justo, os conflitos em torno da construção da legislação e as lutas por direitos para diversos grupos, e, com isso, esses trabalhos se inscrevem numa tradição de pensar a lei como campo de disputas<sup>4</sup>. Torna-se uma questão fundamental para os autores aqui reunidos, portanto, o desafio de focar a trama mais específica das relações entre o Estado como um campo complexo de esferas administrativas, legislativas e normativas, em conjunto com a diversidade de identidades que se imbricam e se sobrepõem nas ações individuais e coletivas dos sujeitos históricos.

Essas abordagens nos distanciam de uma visão exclusiva ou prioritariamente normativa e repressiva dos poderes públicos, e da interpretação unívoca que esgota as posturas, os editais, regulamentos e sua aplicação num intuito de controle social. O panorama mais complexo e matizado se constrói graças à atenção à agência histórica de homens e mulheres, escravos, escravas, livres e libertos, trabalhadores domésticos, prostitutas, policiais, talhadores e vendedores de rua, limitada, regulada e possibilitada por essas instâncias normativas. Neste sentido, os artigos a seguir renovam criativamente a velha busca do equilíbrio entre o reconhecimento de que homens e mulheres agem segundo sua própria racionalidade e suas estratégias, mas dentro de determinados limites. São tais relações e limites que os textos aqui reunidos exploram.

As leis municipais da cidade de Campinas que incidiam sobre o comércio, presentes nos quatro Códigos de Posturas promulgados ao longo do século XIX, foram analisadas por Laura Fraccaro. A autora aborda o modo como a legislação municipal, ao regular o comércio e criar horários e espaços específicos para essa atividade, constitui-se em uma tentativa de controle sobre a população pobre e cativa. Ao longo do século XIX, ela identifica um processo de recrudescimento da fiscalização do cumprimento das disposições legais, o que tornava instável a permanência dos comerciantes na rua, principalmente devido à pressão de outros comerciantes, aqueles que pagavam impostos mais altos por possuírem bancas ou quartos no mercado e que denunciavam seus rivais por irregularidades. Contudo, como mostra Fraccaro, os pequenos comerciantes e produtores encontraram estratégias para resistir ao aumento de artigos e impostos que incidiam sobre seu trabalho.

As disputas em relação a um projeto de regulamentação do trabalho doméstico pelo conselho municipal do Rio de Janeiro, analisadas no artigo de Flavia Fernandes,

revelam a tensão que essa vasta categoria de trabalhadores provocava nos primeiros anos após a abolição. A intencionalidade do projeto não era, como no caso de outras categorias que se organizavam nesse momento, atender às suas demandas por direitos. Exigir a posse de cadernetas onde haveria registro até mesmo de sinais e características físicas de seus portadores configurava a tentativa de exercer um controle discricionário sobre esses homens e mulheres, em sua maioria libertos e afrodescendentes, vistos como potencialmente perigosos nos momentos iniciais do regime republicano. O debate sobre o projeto mostra o dissenso entre os próprios membros do conselho: alguns, na defesa de um conceito liberal de república e de liberdade do trabalho, alertaram para o perigo de se instaurar uma nova escravidão, caso a lei fosse aprovada; enquanto isso, outros não temiam avançar com este dispositivo de controle sobre os passos dos trabalhadores domésticos.

O âmbito municipal também se revelou um lugar particularmente apropriado para a negligenciada pergunta sobre a relação entre trabalhadores e política no fim do século XIX. Felipe Azevedo e Souza e Ana Flávia Magalhães Pinto desenvolvem estratégias para contemplar esta dimensão. Ana Flávia Magalhães revisita temas caros à história política a partir de uma perspectiva de história social ao abordar o tema da cidadania na Primeira República. Ao apontar as contradições na exclusão dos analfabetos por meio de uma análise comparativa da legislação eleitoral entre o Império e a República e das listas de eleitores da freguesia da Sé, em São Paulo, Magalhães mostra o interesse da “arraia miúda” pelo seu direito político mais fundamental. Ela acompanha brevemente a trajetória de dois homens negros em sua luta pelo direito ao voto, mostrando que a legislação e as práticas fraudulentas de exclusão de uma vasta parcela da população não foram capazes de anular a expectativa daqueles homens após o fim da escravidão e com a novidade da República. Se a cidadania republicana não se concretizou como mais inclusiva e democrática do que o período anterior, não terá sido por falta de interesse.

Já Felipe Azevedo e Souza dedicou-se a investigar o caso dos talhadores do mercado público do Recife, nas décadas finais da escravidão, para analisar as relações entre trabalhadores pobres e política partidária. Em um espaço que reunia talhadores escravizados e livres, um importante elemento detonador da luta e construtor de uma identidade coletiva foi a demanda pelo fim do trabalho escravo no exercício do ofício. Abaixo-assinados, petições, artigos em jornais e manifestações feitas pelos talhadores constituem indícios concretos da atuação política deles. Nesta perspectiva, o poder municipal é a instância mais próxima de reivindicação e de regulação da vida cotidiana e política desses trabalhadores.

A escala municipal permite entrever um mosaico de relações de poder, tensões sociais e brechas legais só visíveis na abordagem de casos e de recortes locais, decorrentes da própria natureza do objeto de estudo. Lidos em conjunto, os artigos alertam para os riscos de generalizações sobre processos históricos que ganham forma em lugares tão diversos

como o Rio de Janeiro, Recife, Campinas e São Paulo. No entanto, também sugerem que talvez seja no campo das perguntas e dos problemas históricos que se possa desenvolver perspectivas comparativas que permitam elaborar análises mais sistêmicas de determinados processos.

Para estimular esta reflexão como uma possibilidade futura, e para formular questões sobre o lugar do Estado nacional nessas análises, agregamos duas reflexões sobre a cidade de Buenos Aires. De organização muito mais recente que as municipalidades brasileiras, num contexto republicano muito mais descentralizado e conflituoso, o caso portenho surge como um contraponto instigante.

Cristiana Schettini toma o caso da regulamentação municipal da prostituição para se perguntar como a municipalidade portenha foi se organizando entre múltiplas interlocuções sociais: com os médicos, com a polícia e com os grupos envolvidos no intenso processo de expansão urbana que teve início na década de 1870. Nesta correlação de forças, as donas das casas de prostituição foram diretamente afetadas, e também incidiram, com suas pequenas estratégias, no desenrolar do processo de construção do poder municipal.

Por sua vez, Diego Galeano revisita o clássico tema da relação entre poderes municipais e policiais na Buenos Aires do fim do século XIX através da perspectiva do trabalho policial. A estratégia de inserir o trabalho de vigilantes no panorama mais amplo do mercado de trabalho portenho tem uma dupla função: em primeiro lugar, complica e põe em tensão os limites da história do trabalho e seus sujeitos “clássicos”. Por outro lado, é justamente este exercício que permite uma descrição rigorosa da administração urbana num momento em que a trama estatal costuma ser vista mais como promessa do que como realidade.

Os artigos aqui reunidos voltam a colocar os grupos sociais e suas condições materiais de existência no centro de uma análise sobre a política e o Estado. Por isso, apostamos que a perspectiva municipal é particularmente apropriada para uma postergada reaproximação da história social com temas clássicos da história política.

*Cristiana Schettini*

Professora da Universidad Nacional  
de San Martín, Buenos Aires (Unsam)

*Fabiane Popinigis*

Professora da Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

*Paulo Terra*

Professor da Universidade  
Federal Fluminense (UFF)

Recebido em 15/07/2015

Aprovado em 25/07/2015

## Notas

<sup>1</sup> SHARPE, Jim. "A História Vista de Baixo". In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum - Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>2</sup> GOMES, Ângela de Castro; "Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate", In: *Revista Estudos Históricos*, vol.2, n.34, 2004; CHALHOUN, Sidney e SANTOS, Fernando Teixeira dos. "Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980", In: *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

<sup>3</sup> Por exemplo, os tipógrafos, as prostitutas, os caixeiros, os carroceiros, as quitadeiras: VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*; São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000. SCHETTINI, C. *"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. POPINIGIS, F. *Proletários de casaca – empregados no comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007; TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e Trabalhadores: Cocheiros e Carroceiros no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

<sup>4</sup> THOMPSON, E.P; *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes e LARA, Sílvia Hunold (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

